

ano 10 - n. 19 | mar. 2021/ago. 2021
Belo Horizonte | p. 1-272 | ISSN 2316-5499
R. de Contratos Públicos – RCP

Revista de
CONTRATOS PÚBLICOS

RCP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Da suscetibilidade de impugnação junto da jurisdição administrativa do ato de recusa de visto prévio do Tribunal de Contas (em especial, pelo particular cocontratante)

Diogo Bordeira Neves	9
1 Considerações introdutórias. Delimitação do problema	10
2 Da “estranha tribuna”	10
3 Da estranha “deliberação/sentença” de recusa de visto prévio	14
4 Ato secundário integrativo predominantemente vinculado. Recondição	16
5 Da necessidade de tutela jurisdicional efetiva: em especial, da tutela do cocontratante	18

Análise da regulamentação dos contratos administrativos nas empresas estatais a partir da Lei nº 13.303, de 2016: avanços e retrocessos

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel	27
1 Introdução.....	27
2 Regime jurídico das empresas estatais	29
2.1 Breve histórico da criação de empresas estatais.....	29
2.2 A prestação de serviços públicos e a exploração de atividade econômica pelas empresas estatais.....	32
2.3 A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a opção pelo regime jurídico unificado das empresas estatais	37
3 Os contratos nas empresas estatais	41
3.1 Contextualização do regime jurídico dos contratos na Administração Pública brasileira.....	41
3.2 Análise do regime jurídico dos contratos celebrados pelas empresas estatais na Lei nº 13.303, de 2016 – comparação com a Lei nº 8.666, de 1993, e Projeto de Lei nº 4.253, de 2020	45
3.2.1 Normas gerais dos contratos das empresas estatais	45
3.2.2 O regime jurídico das alterações contratuais e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com empresas estatais	49
3.2.3 As sanções administrativas e a ausência de previsão de rescisão unilateral	54
4 Considerações finais.....	56
Referências.....	57

Alterações quantitativas nos contratos administrativos: análise crítica

Leandro Sarai	59
1 Introdução.....	59
2 Panorama normativo	61
3 Requisitos para alterações quantitativas	64
4 Base de cálculo dos acréscimos e supressões	68
4.1 Valor inicial atualizado – reajustes, repactuações, revisões e reequilíbrio	68
4.2 Base de cálculo dos acréscimos e supressões no caso de serviços	69

4.3	Acréscimos de itens de objetos contratuais compostos	73
4.4	Compensações entre acréscimos e decréscimos	76
5	Considerações finais.....	78
	Referências.....	80

Os poderes exorbitantes previstos no Código dos Contratos Públicos português:
uma análise comparativa com a Lei de Licitações brasileira (Lei nº 8.666/93)

Luis Alberto Sampaio Correia	81	
1	Introdução.....	81
2	A relação entre os princípios da contratação pública e os poderes exorbitantes	83
3	Os poderes do contraente público durante a execução e a extinção dos contratos	86
3.1	A natureza jurídica, a irrenunciabilidade e a executividade das cláusulas exorbitantes	87
3.2	O poder de fiscalização	89
3.3	O poder de direção	90
3.4	O poder de modificação unilateral	90
3.5	O poder de aplicar sanções	91
3.6	O poder de resolver unilateralmente o contrato	92
3.7	O poder de ordenar a cessão da posição contratual do cocontratante para terceiro.....	93
3.8	O caso da exceção de não cumprimento invocável pelo cocontratante.....	94
4	As cláusulas exorbitantes previstas no Direito brasileiro	95
4.1	A alteração unilateral do contrato.....	96
4.2	A rescisão unilateral	97
4.3	A fiscalização nos contratos administrativos brasileiros	98
4.4	A prerrogativa de aplicar sanções administrativas.....	99
4.5	A ocupação provisória de bens.....	100
4.6	A exceção do contrato não cumprido e as demais hipóteses doutrinárias de cláusulas exorbitantes	100
5	Estudo comparativo: semelhanças e diferenças entre tratamento português e brasileiro.....	102
6	Considerações finais.....	104
	Referências.....	106

A transmissão de relações laborais por efeito próprio da adjudicação e celebração de um contrato administrativo: quatro dúvidas essenciais

Miguel Lucas Pires, Tiago Leote Cravo	109	
1	Introdução.....	110
2	O regime da transmissão do vínculo laboral no contexto de uma relação laboral privada	112
2.1	Evolução histórica e a decisiva influência das diretivas europeias no regime da transmissão de empresa ou estabelecimento	112
2.2	Requisitos da transmissão: a indeterminabilidade dos conceitos “transmissão” e “unidade econômica”	113
3	Especificidades da transmissão do vínculo laboral no contexto de um contrato administrativo.....	116
3.1	As motivações da alteração legislativa empreendida pela Lei nº 18/2021, de 8 de abril, ao artigo 285 do CT e os antecedentes doutrinários jurisprudenciais sobre o regime da transmissão nos contratos administrativos.....	116
3.2	Análise interpretativa da alteração legislativa resultante da Lei nº 18/2021, de 8 de abril, ao artigo 285 do CT.....	119
3.3	<i>Qual o âmbito contratual possível de aplicação do regime da transmissão?</i> Os diferentes tipos de contratos como aspectos indiciadores da exclusão da transmissão.....	121

3.4	<i>Com a adjudicação, existe mesmo uma obrigação de herdar os trabalhadores do anterior adjudicatário? A tutela do novo adjudicatário surpreendido por vínculos laborais que desconhecia no momento da apresentação da sua proposta.....</i>	126
3.5	<i>A transmissão dos trabalhadores pode operar-se para a Administração contraente? A reversão do vínculo laboral para a Administração. Em especial, o problema específico da compatibilidade com a regra constitucional do concurso como meio de acesso à função pública</i>	129
3.6	<i>Pode a Administração ser responsabilizada pelos prejuízos (emergentes da transmissão) decorrentes da descontinuação do serviço? O problema da responsabilidade da Administração pela cessação do serviço contratualizado – um caso de culpa post pactum finitum?</i>	136

Responsabilidade civil e administrativa por danos ao meio ambiente

Nadia Cristina Batista		145
1	Introdução.....	145
2	Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente	146
2.1	Responsabilidade extracontratual do Estado por danos ao meio ambiente	150
2.2	Responsabilidade administrativa ambiental	152
3	Poder de polícia ambiental	152
3.1	Infrações ambientais e sanções administrativas	154
4	Espécies de sanções administrativas	157
4.1	Advertência	157
4.2	Multa simples	159
4.3	Multa diária.....	161
4.4	Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração	162
4.5	Destruição ou inutilização do produto	164
4.6	Suspensão de venda e fabricação do produto	165
4.7	Embargo de obra ou atividade.....	165
4.8	Demolição de obra.....	166
4.9	Suspensão parcial ou total de atividades.....	167
4.10	Restritiva de direitos	168
5	Publicidade das sanções administrativas.....	169
5.1	Prescrição administrativa ambiental	170
6	Conclusão.....	172
	Referências.....	174

Proteção de dados e serviço público: limites ao tratamento de dados de usuários de serviços públicos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD)

Rafael R. Garofano		177
1	Introdução.....	177
2	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil (Lei nº 13.709/2018)	180
3	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público	182
4	Usuários de serviços públicos como titulares de dados pessoais	188
5	Limites ao tratamento de dados pessoais de usuários de serviços públicos.....	190
5.1	Requisitos e finalidades do tratamento de dados de usuários de serviços públicos... ..	192
5.2	Coleta e tratamento pelo próprio Poder Público x por empresas delegatárias.....	196
5.3	Compartilhamento de dados de usuários de serviços públicos	199
5.4	Direitos dos usuários de serviços públicos enquanto titulares de dados pessoais	204
6	Síntese conclusiva.....	210
	Referências.....	214

Alteração de índice de reajuste em contrato de arrendamento de terminal portuário (parecer)

Rafael Wallbach Schwind	217
Parecer	217
1 Os fatos e os quesitos	217
2 A mutabilidade dos contratos de arrendamento portuário	219
2.1 O caráter mutável dos contratos administrativos	219
2.2 A garantia da equação econômico-financeira	219
2.3 Os contratos administrativos de longa duração	220
2.4 A questão da licitação	220
2.5 A previsão do art. 58, §1º, da Lei nº 8.666	221
2.6 O prejuízo desproporcional e a questão da boa-fé	221
2.7 Síntese: a solução norteada pela proporcionalidade	222
3 A possibilidade de alteração do índice de reajuste previsto em contrato administrativo	222
3.1 Alteração de regras tarifárias	222
3.2 Alteração de índice de reajuste previsto em contrato administrativo	224
3.3 Ainda a incidência do art. 58, §1º, da Lei nº 8.666	225
3.4 O caso concreto da Consulente: as distorções ocasionadas pelo IGP-M	225
3.5 O entendimento da ANTAQ: edição de norma que determina a aplicação do IPCA	226
3.6 O entendimento da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) pela aplicação do IPCA	227
3.7 Ainda a questão da boa-fé contratual	228
3.8 A vedação à onerosidade excessiva e ao enriquecimento sem causa	229
3.9 O entendimento doutrinário acerca da viabilidade de alteração de índice de reajuste	229
3.10 A confirmação do entendimento pelos Tribunais de Contas	232
3.11 Os efeitos da alteração do índice de reajuste	233
4 Conclusões	234

La NBR 31000 – Gestión de Riesgos aplicada a los contratos de prestación de servicios de consultoría

Thais de Paula Ribeiro	237
1 Introducción	237
2 Referencial teórico	238
2.1 Gestión de riesgos	238
2.2 Gestión de contratos	243
2.2.1 Elaboración de contratos versus mentalidad de riesgos	244
2.2.2 Contratación de servicios y gestión de riesgos	245
2.3 Contrato como herramienta de <i>compliance</i>	246
3 Metodología	248
3.1 Estudio de caso	248
4 Palabras finales	250
Referencias	251
Anexo 1 – Mapa de riesgo, impacto y frecuencia	255
Anexo 2 – Normas y reglamentaciones envolviendo gestión de riesgos	265
Anexo 3 – Ejemplos de categorización de riesgos	266

Instruções para os autores	271
----------------------------------	-----